

O calote da CNBB do B

O “plebiscito” sobre as dívidas interna e externa, organizado pela CNBB, corre o risco de entrar para a história como exemplo de oportunismo e facciosismo. Oportunismo porque aproveitou um apelo feito recentemente pelo papa João Paulo II, para que sejam perdoadas as dívidas dos países pobres, e trata o Brasil não como uma das maiores economias do mundo e um dos poucos países que atendeu ao apelo e cancelou débitos de Moçambique e da Nicarágua – cujo pagamento inviabilizaria “qualquer tentativa de recuperação econômica”, como afirmou o ministro Pedro Malan, em artigo publicado domingo pelo **Estado** –, mas como um país que precisasse sair de pires na mão, ou dar calotes na comunidade internacional. Nada que o Santo Padre tenha dito sobre o perdão da dívida se aplica ao Brasil, a não ser, como dissemos, como credor.

A iniciativa da CNBB é também sectária, porque se destina a mobilizar e indispor parte da população contra o atual governo, sob a falsa alegação de que o dinheiro destinado ao pagamento da dívida poderia estar sendo usado para amenizar os graves problemas sociais que, de fato, existem. Assim agindo, a entidade se traveste, uma vez mais, de partido político, a CNBB do B, e

ganha o apoio de seus habituais companheiros de estrada: o inefável governador de Minas Gerais, o PT, a CUT, a UNE e os chamados “movimentos sociais”.

Basta ler o texto das três perguntas que a CNBB do B submete a quem queira votar no “plebiscito” para constatar a má-fé, a maliciosa manipulação dos sentimentos populares. Quem, afinal, responderia “não” à pergunta: “Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?” A pergunta não apenas contém a resposta como já classifica os credores pejorativamente, dispensando os eventuais “eleitores” de conhecer a origem da atual dívida pública, interna e externa.

Ora, ao contrário do que a CNBB do B quer fazer crer, a dívida pública não é um mal em si. Tampouco ela chegou ao montante em que está porque o atual governo gastou mais do que podia, para beneficiar os “especuladores”. Dois pecados andam lado a lado, nesse “plebiscito” fajuto. O primeiro são as perguntas capciosas, feitas a



um público que não conhece os fundamentos da economia – aliás, os bispos que perguntam também não sabem do que estão falando – e, no entanto, foi chamado a se manifestar sobre assunto complicado, que foge à sua compreensão. O segundo, encadeado ao primeiro, é a campanha de desinformação que foi desencadeada para demonizar a dívida pública e responsabilizar o atual governo por um crime de lesa-nação que ele não cometeu.

Não fosse a CNBB do B uma entidade sectária, ela teria esclarecido que mais de 60% da dívida externa foi contraída pelo setor privado, isto é, mesmo que fosse consumado o calote pregado pela ala “progressista” da Igreja e seus asseclas, a população não fruiria benefícios. Antes, passaria pelas dificuldades da interrupção do comércio externo, da falta de crédito no exterior. E tais dificuldades são simples de resumir: escassez de bens, carestia, inflação, desemprego.

Fosse bem intencionada, a CNBB do B também teria esclarecido que a dívida pública bruta da União saltou de R\$ 61,6 bi-

lhões, em dezembro de 1994, para R\$ 495,2 bilhões, em julho último, porque o governo consolidou a dívida de Estados e municípios – que, de outra forma, estariam virtualmente quebrados e impedidos de prestar serviços básicos, ditos sociais, à população – e passou a contabilizar os “esqueletos”, a dívida oculta que lhe foi passada por governos anteriores. E isso foi feito não apenas

O calote da dívida traria dificuldades ainda maiores para a população

para que a administração pública, em todos os níveis, pudesse continuar funcionando, mas também para racionalizar o serviço da dívida. Na situação anterior, a dívida era sufocante e impagável. Contribuía decisivamente para a elevação dos juros básicos, compondo o motor contínuo que alimentava a dívida e reduzia o crescimento. Arrumadas, ainda que não completamente, as finanças públicas, os juros caíram de mais de 43% para 16,5% ao ano, o País tem credibilidade no exterior e está crescendo – condição essencial para a melhoria das condições sociais.

É isso o que a CNBB do B deseja destruir.